

*Só Questões*



**Concurso Público - Ano 2018**

**1.000**

**QUESTÕES**

**FUNDAMENTADAS**

**DA**

**LEI 8.112/90**



*Acerte o alvo!*

*O Diferencial das Concursos*

*Wilma G. Freitas*

**1000**

Questões fundamentadas  
Lei 8.112/90

**Para adquirir a apostila de 1000 Questões Fundamentadas do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais – Lei 8.112/90**

**acesse o site:**



## **S U M Á R I O**

<b>Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>Questões.....</b>	<b>4</b>
<b>Respostas.....</b>	<b>278</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>428</b>

## **A P R E S E N T A Ç Ã O**

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 é exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

**Wilma G. Freitas**

**QUESTÕES****1. Marque alternativa falsa.**

- a) Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor de União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
- b) O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) A lei nº 8.112/90 não fixa o valor mínimo para a ajuda de custo.
- d) Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- e) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 6 (seis) meses.

**2. Marque a opção que completa a lacuna:**

A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de ..... meses.

- ( ) três
- ( ) seis

**3. Na concessão da licença para tratamento da saúde, a inspeção médica:**

- a) Será realizada na residência do servidor, sempre que necessário.
- b) Será realizada na residência do servidor, sempre que houver decisão de junta médica.
- c) Será sempre realizada na residência do servidor.
- d) Nunca será realizada na residência do servidor.
- e) Será realizada na residência do servidor, sempre que houver pedido do servidor.

**4. Julgue o item a seguir:**

O aprovado no concurso público dentro do número de vagas ofertadas no edital terá direito líquido e certo à nomeação.

- ( ) FALSO
- ( ) VERDADEIRO

**5. Se o servidor praticar crime contra a administração pública, será aplicada a penalidade de:**

- a) Advertência.
- b) Suspensão de até 90 (noventa) dias.
- c) Exoneração.
- d) Demissão.
- e) Repreensão.

**6. Analise a veracidade das frases.**

- I. Em caso de remoção por ofício, corre por conta do servidor público as despesas do transporte de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.
- II. À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.
- III. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de noventa dias.

**Está (ão) correta(s):**

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) Nenhuma.
- d) II.
- e) III.

**7. Marque a opção que completa a lacuna.**

As sanções civis, penais e administrativas..... cumular-se.

- ( ) poderão
- ( ) não poderão

**8. Em relação à posse do servidor público, é incorreto afirmar que:**

- a) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, improrrogáveis, contados da publicação da nomeação.
- b) Por meio de procuração específica, poderá ocorrer a posse.
- c) Caso o nomeado não tome posse no cargo público, haverá a exoneração ex officio.
- d) A posse dependerá de prévia inspeção médica.
- e) Das hipóteses de provimento, só haverá posse no caso de nomeação.

**9. As férias poderão ser parceladas em até.**

- a) Duas etapas.
- b) Três etapas.
- c) Quatro etapas.
- d) Cinco etapas.
- e) Seis etapas.

**10. O servidor público que, nessa qualidade, causou prejuízo a terceiro, no tocante à reparação patrimonial do dano:**

- a) É obrigado solidariamente com o Estado.
- b) Fica sujeito à ação regressiva, sendo suficiente a prova do dano e nexu casual.
- c) Fica sujeito à repetição da quantia despendida pela Fazenda Pública, salvo se, em razão do fato, for demitido.

- d) Responde, em ação regressiva, pela devolução da quantia paga à vítima, mediante a prova que agiu com dolo ou culpa.
- e) Fica obrigado a repor a quantia pela Fazenda Pública, se tiver agido dolosamente.

**11. Acerca do auxílio moradia, marque a alternativa falsa:**

- a) O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a vinte e cinco por cento do valor do cargo em comissão, da função de confiança ou do cargo de Ministro de Estado ocupado.
- b) O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
- c) O valor do auxílio-moradia será reduzido em vinte e cinco pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quinto ano de recebimento. Esse prazo não terá sua contagem suspensa ou interrompida na hipótese de exoneração ou mudança de cargo ou função.
- d) Transcorrido o prazo de quatro anos após encerrado o pagamento do auxílio-moradia, o pagamento poderá ser retomado se novamente vierem a ser atendidos os requisitos do art. 60-B desta lei.
- e) No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.



**RESPOSTAS****1.**

<b>Resposta: E</b>
<b>Fundamento</b>
Art. 56, caput da Lei 8.112/90
Art. 57 da Lei 8.112/90
Art. 54 da Lei 8.112/90
Art. 53, § 1º da Lei 8.112/90
<b>Art. 54 da Lei 8.112/90</b>
Art. 54. A ajuda de custo corresponderá ao valor de um mês de remuneração do servidor na origem ou, na hipótese do <b>caput</b> do art. 56, ao valor de uma remuneração mensal do cargo em comissão. ( <a href="#">Redação da pela Medida Provisória nº 805, de 2017</a> )

**2.**

<b>Resposta: Três</b>
<b>Comentários:</b>
Art. 86, § 2º da Lei 8.112/90

**3.**

<b>Resposta: A</b>
<b>Comentários:</b>
Art. 203, § 1º da Lei 8.112/90

**4.**

<b>Resposta: F</b>
<b>Comentários:</b>
Aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, o candidato ainda <u>não tem direito ao cargo</u> . Porém, têm dois direitos assegurados: o de ver respeitada a ordem de classificação e o de ser chamado com prioridade sobre os demais aprovados em concurso subsequente, dentro do prazo de validade do primeiro.

**5.**

<b>Resposta: D</b>
<b>Comentários:</b>

<b>Art. 132, I da Lei 8.112/90</b>
------------------------------------

**6.**

<b>Resposta: D</b>
<b>Fundamento</b>
I. Art. 53, § 1º da Lei 8.112/90
<b>II. Art. 53, § 2º da Lei 8.112/90</b>
III. Art. 57 da Lei 8.112/90

**7.**

<b>Resposta: poderão</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 125 da Lei 8.112/90</b>

**8.**

<b>Resposta: C</b>
<b>Comentários:</b>
Art. 13, § 1º da Lei 8.112/90
Art. 13, § 3º da Lei 8.112/90
<b>Art. 13, § 6º da Lei 8.112/90</b>
Art. 14, caput da Lei 8.112/90
Art. 13, § 4º da Lei 8.112/90

**9.**

<b>Resposta: B</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 77, § 3º da Lei 8.112/90</b>

**10.**

<b>Resposta: D</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 122, § 2º da Lei 8.112/90</b>

**11.**

<b>Resposta: C</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 60-D, caput, §§ 1º ao 4º e Art. 60-E da Lei 8.112/90</b>
Art. 60-D. O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a vinte e cinco por cento do valor do cargo em comissão, da função de confiança ou do cargo de Ministro de Estado ocupado. <a href="#">(Redação da pela Medida Provisória nº 805, de 2017)</a>

# 1000

Questões fundamentadas  
Lei 8.112/90

§ 1º O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

§ 2º O valor do auxílio-moradia será reduzido em vinte e cinco pontos percentuais a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quarto ano de recebimento. [\(Redação daa pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

§ 3º O prazo de que trata o § 2º não terá sua contagem suspensa ou interrompida na hipótese de exoneração ou mudança de cargo ou função. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

§ 4º Transcorrido o prazo de quatro anos após encerrado o pagamento do auxílio-moradia, o pagamento poderá ser retomado se novamente vierem a ser atendidos os requisitos do art. 60-B. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#) [\(Vide Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior. [\(Redação daa pela Medida Provisória nº 805, de 2017\)](#)

**BIBLIOGRAFIA**

**BRASIL. Constituição (1988):** Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 33ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2017.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 26ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2017.

**DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943:** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

**LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 :** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990:** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

# 1000

Questões fundamentadas  
Lei 8.112/90

**LEI No 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999:** Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

**LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999:** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

**LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011:** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

**DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016:** Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016:** Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 805, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017:** Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões.

## COMO ADQUIRIR

<b>40,00</b>	<b>1.000 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DA LEI 8.112/90</b>
--------------	---

**Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:**

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRABESCO**

Agência: **3065(Teófilo Otoni-MG)**

**1000**

Questões fundamentadas  
Lei 8.112/90


Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)  
CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**  
Banco: **CAIXA**  
Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)  
Operação: **013**  
Conta: **10964-9** ( poupança)  
CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**  
Banco: **Banco do Brasil**  
Agência: **0099-X** (Cajazeiras)  
Conta: **29563-9** (Conta corrente)  
CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br) ou pelo  
WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da  
apostila adquirida.

**B) PAGSEGURO**

**Acesse o site [www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br) . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.**

**OBSERVAÇÃO:** Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

**1000**

Questões fundamentadas  
Lei 8.112/90

**Maiores esclarecimentos:**

**TIM**      **041 (33) 99161.3584**

**OI**        **031 (33) 98897-7616**

**FIXO:**    **031 (33) 3522-9494**

**WhatsApp: (33) 991155186** 

**E-mail: [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br)**

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**  
CONCURSOS  
[www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br)